



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
Av. Carlos Gomes, S/N – Bairro: Arigolândia – Porto Velho (RO) – CEP: 78900-000 – Fone (Fax): 3901.3108
- PROTOCOLO -

**IMUNIDADE DE ENTIDADE DE EDUCAÇÃO
E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Formulário IV

Ilmo Sr. (a) Secretário (a) Municipal de Fazenda

_____, entidade com sede à av/rua

nº _____ bairro _____ CEP _____

CNPJ _____ telefone para contato _____,

por seu Presidente e Representante Legal,

_____ brasileiro _____

estado civil _____ residente à rua

_____ nº _____ profissão

_____ telefone _____, vem mui

respeitosamente solicitar de Vossa Senhoria o Reconhecimento da Imunidade Tributária dos Impostos Municipais com base no art. 150, VI, c, § 4º da Constituição Federal.

Nos Termos,
Pede Deferimento.

Porto Velho, _____ de _____ de _____.

Contribuinte ou Representante Legal

➤ Documentos Necessários

IV. IMUNIDADE DE ENTIDADE DE EDUCAÇÃO E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - art. 150, VI, “c”, § 4º da CF/88

- a) Requerimento específico;
- b) Atestado de registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) ou certificado de entidade de fins filantrópicos expedido pelo CNAS (no caso de entidade de assistência social);
- c) Registro no Ministério da Educação ou na Secretaria Estadual da Educação (no caso de entidade de educação);
- d) Atos constitutivos;
- e) Documento de Propriedade ou de posse do imóvel ou cessão uso (se for o caso);
- f) Alvará de localização e funcionamento do exercício;
- g) Taxa de abertura de processo, devidamente paga;
- h) Último carnê de IPTU ou número de inscrição imobiliária do imóvel.

➤ OBS.:

- a) As cópias de documentação deverão ser acompanhadas das originais para conferência;
- b) A autoridade competente poderá solicitar outros elementos que julgar necessários para a instrução do processo, inclusive visando à comprovação da veracidade das declarações apresentadas.

O cumprimento integral das exigências constantes da presente instrução nº. 005/2009 é condição indispensável ao conhecimento e análise do pedido formulado, cuja inobservância, por parte do requerente, determina o seu respectivo arquivamento.